

PROCESSO ADMINISTRATIVO 34/2025

Matriz de Risco

A Matriz de Risco é documento balizador para definir as responsabilidades tanto do CONTRATANTE quanto da CONTRATADA, sendo ainda documento integrante do CONTRATO a ser firmado, de forma a identificar os riscos e consequências, medidas mitigadoras, responsabilidades pelo ônus financeiro.

No presente documento, foram previstas duas formas de alocação dos riscos, conforme Matriz de Risco abaixo, as quais são:

- 1) Alocação ao CONTRATANTE: riscos que são assumidos e gerenciados pelo CONTRATANTE.
- 2) Alocação à CONTRATADA: riscos que são transferidos à CONTRATADA, devendo os mesmos serem levados em conta na elaboração da proposta de preços.

• Tabela 1: Identificação dos Riscos

Risco	Descrição Detalhada
R1. Inadequação Técnica	O sistema de CFTV proposto pela contratada não atende plenamente às especificações técnicas do Termo de Referência, resultando em cobertura inadequada ou falhas de funcionalidade.
R2. Atraso na Execução	O cronograma de implantação do sistema (instalação, configuração, testes) não é cumprido, impactando a segurança e o cronograma da autarquia.
R3. Falha de Equipamentos	Os equipamentos instalados (câmeras, DVRs/NVRs, cabos) apresentam defeitos de fábrica ou falham antes do fim da vida útil prevista, necessitando de substituição.
R4. Insuficiência de Mão de Obra	A empresa contratada não disponibiliza profissionais qualificados em número suficiente para a execução do contrato (instalação e manutenção), comprometendo a qualidade e o prazo.
R5. Incompatibilidade com a Infraestrutura	O novo sistema de CFTV é incompatível com a infraestrutura de rede, elétrica ou de cabeamento existente na autarquia, gerando custos adicionais ou retrabalho.
R6. Violação de Dados	O sistema de monitoramento não possui segurança robusta, expondo as imagens e dados a riscos de invasão, vazamento ou uso indevido.
R7. Falha na Manutenção	A empresa contratada falha na prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, deixando o sistema inoperante ou com falhas por longos períodos.
R8. Problemas de Orçamento	O valor do contrato se mostra insuficiente para cobrir todas as despesas necessárias, levando à necessidade de aditivos contratuais ou à paralisação do serviço.

R9. Alterações na Legislação	Ocorrem mudanças na legislação (ex: LGPD) que exigem alterações na operação do sistema de CFTV, demandando investimentos não previstos.
------------------------------	---

• Tabela 2: Análise e Avaliação dos Riscos

Risco	Probabilidade (P)	Impacto (I)	Nível de Risco (NR)	Justificativa
R1	2	3	6 (Alto)	A não conformidade técnica pode comprometer a segurança da autarquia, exigindo novas licitações.
R2	3	2	6 (Alto)	Atrasos impactam o cronograma e a segurança da autarquia, gerando prejuízos.
R3	2	3	6 (Alto)	A falha de equipamentos pode deixar áreas sem monitoramento, com alto impacto na segurança.
R4	2	2	4 (Alto)	Mão de obra insuficiente pode comprometer a qualidade da instalação e da manutenção.
R5	1	3	3 (Médio)	Embora de baixa probabilidade com bom planejamento, o impacto de incompatibilidade seria alto.
R6	1	3	3 (Médio)	O risco de vazamento de dados tem impacto gravíssimo, mas é gerenciável com a escolha de um bom fornecedor e especificações de segurança claras.
R7	3	3	9 (Alto)	A manutenção é a parte contínua do contrato. A falta dela inutiliza o investimento inicial. Este é um dos riscos mais críticos.
R8	1	2	2 (Baixo)	O orçamento geralmente é bem definido no planejamento, com possibilidade de aditivos para imprevistos.
R9	1	2	2 (Baixo)	Mudanças na legislação são raras e previsíveis, mas podem exigir adequações.

• Tabela 3: Tratamento dos Riscos

Risco	Responsabilidade (Autarquia/Contratada)	Ações de Mitigação/Tratamento
R1	Contratada	A contratada deve apresentar detalhamento técnico e atestados de capacidade. A autarquia deve realizar uma fiscalização rigorosa na etapa de aceite.
R2	Contratada	Previsão de multas por atraso no contrato. Acompanhamento rigoroso do cronograma pela fiscalização do contrato.
R3	Contratada	Exigir garantias e prazos de garantia estendidos para os equipamentos. Estabelecer cláusulas de substituição imediata de equipamentos defeituosos.
R4	Contratada	Exigir a apresentação da equipe técnica no contrato, com comprovação de qualificações.
R5	Autarquia/Contratada	A autarquia deve realizar um levantamento técnico prévio da infraestrutura. A contratada deve inspecionar o local antes de apresentar a proposta.
R6	Contratada	Exigir que o sistema utilize criptografia e tenha mecanismos de controle de acesso. Cláusulas de confidencialidade e segurança da informação no contrato.
R7	Contratada	Previsão de multas por não realização da manutenção dentro do prazo. A autarquia deve criar um plano de verificação para checar a realização das manutenções.
R8	Autarquia	Elaborar um orçamento detalhado e realista na fase de planejamento, considerando possíveis contingências.
R9	Contratada	A lei prevê a possibilidade de aditivos para adequações. O contrato pode conter cláusulas que prevejam a responsabilidade da contratada em se adequar a novas leis, se for o caso.